

ESPECIAL //

DO CRESCIMENTO AO DESENVOLVIMENTO

Economia Brasil

Governo pratica política econômica tradicional, mas reduz impostos de alguns setores estratégicos

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

O Brasil já foi a pátria da experimentação econômica, que chegou ao pico no final dos anos 80 e início dos 90, com congelamentos de preços, tabelamentos, confiscos de poupança, calotes da dívida externa e outras medidas consideradas heterodoxas em relação aos tradicionais mecanismos de política econômica. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva consolidou o comportamento contrário, o da ortodoxia, que herdou de Fernando Henrique Cardoso, aumentando o aperto fiscal e a vigilância sobre as contas públicas. Ao mesmo tempo, está sendo mais ousado que seu antecessor na adoção de medidas para favorecer o crescimento econômico (*leia quadro*), como os próprios empresários reconhecem. O Correio Braziliense está publicando uma série de reportagens especiais abordando esse tema.

O Fundo Monetário Internacional (FMI), maior defensor da ortodoxia no mundo, apóia a política econômica de Lula e do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Por diversas vezes, nomes importantes do Fundo, como o ex-diretor-gerente Horst Köhler e a número dois do organismo, Anne Krueger, elogiaram publicamente as ações do governo. Lula pôs de lado a retórica contra o FMI do tempo em que fazia oposição e abraçou seu receituário para a estabilidade econômica em países emergentes: forte ajuste fiscal, câmbio livre e juros altos. Segundo um importante funcionário do Fundo, a diretoria-executiva se surpreendeu quando Lula subiu a meta de superávit primário (economia feita para pagar juros da dívida) de 3,75% do PIB, nível deixado por FHC, para 4,25%.

A medida foi adotada logo no início do atual governo como forma de dar um "choque de credibilidade" e combater a crise financeira causada pelo temor dos investidores em relação às crenças da equipe que estava tomando posse. Segundo esse funcionário do Fundo, a surpresa foi ainda maior quando o governo decidiu usar a folga de arrecadação deste ano para elevar novamente o esforço fiscal em vez de ceder às pressões políticas para aumento dos gastos — neste ano, a meta de superávit é de 4,5% do PIB. Ele afirma que a

persistência do governo no controle das contas deu um ótimo sinal para os investidores. A comunidade internacional não esperava um comportamento tão responsável do ponto de vista fiscal, maior até do que o do governo anterior.

Segundo o analista do Fundo, no início, os investidores estavam realmente assustados com a possibilidade de o governo Lula tomar fortes medidas heterodoxas como o controle do fluxo de capitais, a volta do câmbio fixo, a moratória da dívida externa ou o confisco de ativos da população. A preocupação não existia só por causa dos riscos para a economia brasileira, mas também pela influência que o Brasil tem sobre a América Latina e demais países emergentes.

O temor era de que uma atitude radical do Brasil pudesse levar outros países em dificuldades momentâneas a também adotar saídas pouco recomendadas pelo Fundo. Até mesmo o abandono de alguns pilares da política anterior, como o sistema de metas de inflação, poderia gerar ansiedade.

"Não devo falar abertamente porque o Lula pode ficar convencido e pôr tudo a perder. Mas faz tempo que a gente não vê um governo tomando medidas para reduzir o peso dos impostos na produção e nos investimentos com vistas a garantir o crescimento sustentado", elogia um dos maiores empresários do país.

Ele faz questão de reiterar que ainda há muito o que fazer para, de fato, reduzir a carga dos impostos, reformar o sistema tributário e retirar os entraves burocráticos para a atividade industrial. Segundo esse empresário, o bom comportamento econômico do governo pode ser atribuído à confiança que Lula tem nas diretrizes do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Ele tem apontado o caminho para a possível "descoberta" de um mundo novo pelo Brasil — o do crescimento sustentado.



PINHEIRO, DO IPEA: O GOVERNO ESTÁ, APENAS, SENDO PRAGMÁTICO

O economista Armando Castello Pinheiro, do Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), acredita que o termo "ortodoxia" não se aplica ao perfil da política econômica do governo. "Ortodoxia é uma palavra muito carregada, que dá a sensação de fundamentalismo econômico. O governo não é fundamentalista. Está apenas fazendo o que deve ser feito, porque não tem alternativas diante da situação fiscal do país", diz Pinheiro. "É uma questão mais de pragmatismo do que de defesa ideológica do comportamento ortodoxo."

Passos diferentes

Além de impressionar o FMI, guardião-mor da ortodoxia liberal, a atuação do governo vem agradando os exigentes empresários brasileiros. Além de definir setores prioritários para a política industrial, a equipe econômica aproveitou os bons resultados no recolhimento de impostos neste ano para adotar 21 medidas de alívio tributário para incentivar os investimentos, a poupança de longo prazo e o crescimento econômico, especialmente em setores que considera estratégicos. Tudo isso a um custo aproximado de R\$ 5,5 bilhões. O lado negativo da atuação tributária foi o aumento da Cofins, que pode fazer a carga tributária bater um recorde, superando a marca de 2003 (34,88% do PIB).

"Não devo falar abertamente porque o Lula pode ficar convencido e pôr tudo a perder. Mas faz tempo que a gente não vê um governo tomando medidas para reduzir o peso dos impostos na produção e nos investimentos com vistas a garantir o crescimento sustentado", elogia um dos maiores empresários do país.

Ele faz questão de reiterar que ainda há muito o que fazer para, de fato, reduzir a carga dos impostos, reformar o sistema tributário e retirar os entraves burocráticos para a atividade industrial. Segundo esse empresário, o bom comportamento econômico do governo pode ser atribuído à confiança que Lula tem nas diretrizes do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Ele tem apontado o caminho para a possível "descoberta" de um mundo novo pelo Brasil — o do crescimento sustentado.



AS MEDIDAS

Principais decisões tomadas pelo governo

● Redução de 5% para 2% da alíquota do IPI sobre máquinas e equipamentos utilizados para o investimento industrial. Até 2006, a alíquota será reduzida a zero.

● Redução do prazo para que as empresas aproveitem os créditos de Pis e Cofins na compra de máquinas e equipamentos para investimento. O prazo caiu de 10 anos para até 24 meses.

● Ampliação do prazo para o pagamento do IPI. Antes, as empresas deviam pagar o imposto a cada dez dias. Agora, só precisam pagar uma vez por mês, o que reduz os custos empresariais.

● Isenção total de impostos para equipamentos comprados com o objetivo de modernizar os portos.

● Redução da alíquota do Imposto de Renda para investimentos financeiros de longo prazo. Investimentos resgatados em até dois anos pagam um IR de 35%. A partir daí, a alíquota baixa 5 pontos a cada dois anos, atingindo 10% para recursos investidos em prazos superiores a 10 anos.

● Redução de 20% para 15% da alíquota do IR sobre investimentos em ações e fundos de ações.

● Ampliação do prazo de incidência do IR nas cotas dos fundos de investimentos financeiros de mensal para semestral.

● Isenção de Pis e Cofins para produtos hortifrutigranjeiros, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas.

● Isenção de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSL) para cooperativas.

● Desconto de R\$ 100 da base de cálculo do IR dos trabalhadores. Essa medida deixa de valer no final do ano. Foi trocada por uma correção de 10% dos valores da tabela.

● Tratamento tributário, previdenciário e trabalhista diferenciado para empreendedores com receita bruta anual de até R\$ 36 mil.